



# **PPAG 2016-2019** **EXERCÍCIO 2018**

Boletim de Monitoramento – **PLE 212/2017**

**Segurança Pública**  
Infraestrutura das Polícias Ostensiva,  
Judiciária e Defesa Civil



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
DE MINAS GERAIS

# BOLETIM DE MONITORAMENTO – PLE Nº 212/2017

## Programa 110 – Polícia Ostensiva

### Proponentes

Gabriella Boechat Mattos, Arnaldo Gomes de Oliveira Filho, Daniella Rodrigues Caldas leite (Polícia Civil de Minas Gerais), Isabella Barbosa Anghinetti, Felipe Lopes Vieira Vasconcelos, Jacqueline Alves Alamino (Centro de Referência de Assistência Social).

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: \_\_\_\_\_. Assembleia de Minas: Poder e voz do cidadão. (Portal.) Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/atividade\\_parlamentar/tramitacao\\_projetos/interna.html?a=2017&n=212&t=PLE](https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=2017&n=212&t=PLE)> Acesso em: 15 mar. 2018.

### Sugestões de intervenção

#### A PLE nº 212 sugeriu as seguintes alterações no Programa 110 – Polícia Ostensiva:

- ampliar as metas física e financeira da Ação 4666 – Prevenção e Proteção Escolar –, com vistas a aumentar o número de alunos atendidos anualmente no Programa Educacional de Resistência às Drogas – Proerd – e incrementar os recursos didáticos disponibilizados para os alunos;
- ampliar a meta financeira da Ação 4271 – Policiamento Ostensivo Geral –, com vistas a fortalecer o projeto Segurança Comunitária, implantando 80 novas bases móveis na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com o objetivo de reduzir os índices de criminalidade e, ainda, aumentar a sensação de segurança da população;
- alterar a territorialização e as metas física e financeira da Ação 1026 – Modernização do Sistema de Comunicação Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais, para digitalizar a rede de rádio utilizada pela PMMG, atendendo às exigências da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel –, com vistas a bloquear a ação de criminosos oriundos de outros estados.

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: \_\_\_\_\_. Assembleia de Minas: Poder e voz do cidadão. (Portal.) Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/atividade\\_parlamentar/tramitacao\\_documento.html?a=2017&n=212&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%C3%87%C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20170021203585%5Bcodi%5D%29%5Btxmt%5D%26p](https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_documento.html?a=2017&n=212&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%C3%87%C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20170021203585%5Bcodi%5D%29%5Btxmt%5D%26p)> Acesso em: 15 mar. 2018.

### Resultados – Apreciação das sugestões de intervenção

Após análise pela Comissão de Participação Popular, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e pelo Plenário da ALMG, as sugestões foram ACOLHIDAS na forma de:

- Requerimento:
  - pedido de providências ao Comando-Geral da Polícia Militar para aumentar o número de alunos atendidos anualmente no Programa Educacional de Resistência às Drogas – Proerd – e incrementar os recursos didáticos disponibilizados para os alunos;
  - pedido de providências ao Comando-Geral da Polícia Militar para fortalecer o projeto

Segurança Comunitária, por meio da implantação de 80 novas bases móveis na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com vistas a reduzir os índices de criminalidade e, ainda, aumentar a sensação de segurança da população;

- o pedido de providências ao Comando-Geral da Polícia Militar para digitalizar a rede de rádio utilizada pela PMMG, atendendo às exigências da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel –, com vistas a bloquear a ação de criminosos oriundos de outros estados.

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: \_\_\_\_\_. Assembleia de Minas: Poder e voz do cidadão. (Portal.) Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/atividade\\_parlamentar/tramitacao\\_projetos/documento.html?a=2017&n=212&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%20C3%87%20C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20170021203585%5Bcodi%5D%29%5Btxmt%5D%26p](https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/documento.html?a=2017&n=212&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%20C3%87%20C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20170021203585%5Bcodi%5D%29%5Btxmt%5D%26p)> Acesso em: 15 mar. 2018.

### Respostas aos requerimentos encaminhados

Nº PLE	Nº RQN	Conteúdo dos requerimentos	Houve resposta até 30/09?	Síntese da resposta
212	9507	Ao Comando-Geral da Polícia Militar, encaminhando pedido de providências para aumentar o número de alunos atendidos anualmente no Programa Educacional de Resistência às Drogas – Proerd – e incrementar os recursos didáticos disponibilizados para os alunos.	Não	
212	9508	Ao Comando-Geral da Polícia Militar, encaminhando pedido de providências para fortalecer o projeto Segurança Comunitária, por meio da implantação de 80 novas bases móveis na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com vistas a reduzir os índices de criminalidade e aumentar a sensação de segurança da população.	Não	
212	9509	Ao Comando-Geral da Polícia Militar, encaminhando pedido de providências para digitalizar a rede de rádio utilizada pela PMMG, atendendo às exigências da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel –, com vistas a bloquear a ação de criminosos oriundos de outros estados.	Não	

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: \_\_\_\_\_. Assembleia de Minas: Poder e voz do cidadão. (Portal.) Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/atividade\\_parlamentar/tramitacao\\_projetos/index.html](https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/index.html)>. Acesso em: 30 de Setembro 2018.

Nota: Nos termos da Constituição do Estado, a autoridade estadual que, em resposta a pedido escrito de informação encaminhado pela Assembleia Legislativa, se recusar a responder, não atender no prazo de 30 dias ou prestar falsa informação, pode ser responsabilizada. Cumpre observar que os pedidos de providência possuem natureza distinta dos de informação. Eles podem ser encaminhados a autoridade de outras esferas federativas e, até por isso, não há previsão legal da obrigação de que sejam respondidos.

Acesse o site [Políticas Públicas ao Seu Alcance](#) para saber mais sobre a política pública de [Segurança Pública](#) e monitorar sua execução ao longo do ano.